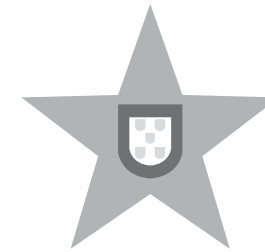




PORTUGAL E A EUROPA

Testemunhos de Protagonistas



José Maria Brandão de Brito
João Ferreira do Amaral
Maria Fernanda Rollo

L I S B O A :
TINTA-DA-CHINA
M M X I

© 2011, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A,
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Autores: José Maria Brandão de Brito,
João Ferreira do Amaral e Maria Fernanda Rollo
Revisão: Sofia Leitão
Composição e capa: Tinta-da-china

1.ª edição: Agosto de 2011
ISBN 978-989-671-089-7
Depósito Legal n.º 328926/11

Índice

7	Nota Prévia
9	Introdução
TESTEMUNHOS	
19	Amílcar Theias
35	Aníbal Cavaco Silva
53	António Marta
69	Diogo Freitas do Amaral
91	Emílio Rui Vilar
103	Ernâni Lopes
133	Francisco Pinto Balsemão
145	Jaime Gama
153	João Salgueiro
177	José da Silva Lopes
213	José Medeiros Ferreira
231	Manuel Jacinto Nunes
255	Mário Soares
267	Raquel de Bethencourt Ferreira
287	Rui Machete
297	Vítor Constâncio
317	Vítor Martins
341	Cronologia

Nota Prévia

As atribuições pelas quais passou a publicação deste livro tornam necessário um esclarecimento inicial.

As entrevistas que o compõem foram concedidas e registadas nos anos de 2006 e 2007. Lamentamos não termos podido publicá-las quando a obra ficou completa, por razões que nos são alheias e que se prendem com os reajustamentos decorrentes das perturbações que pouco depois alteraram, profundamente, o sector editorial português. É neste contexto que agradecemos à tinta-da-china o facto de ter acedido a acolher o projecto, tratando-o com a qualidade e o profissionalismo que são seu apanágio.

As entrevistas que constituem este livro — até aqui inéditas e agora reproduzidas integralmente — são históricas e, por isso, ajudam a fazer a História, quer pelo tema tratado, quer pelas personalidades que as concederam. O seu enorme valor testemunhal impõe-se, indiferente às barreiras do tempo. E é isso que sustenta a importância, a actualidade e a pertinência desta edição.

Através das páginas que se seguem, ficamos a entender as nossas relações com a Europa aquém e além Pirenéus, após a Segunda Guerra Mundial, mas também perpassa o nosso isolamento e os nossos desfasamentos em relação aos movimentos que foram acontecendo pelo mundo.

Sobre a actualidade da crise — mundial, europeia e portuguesa — e as suas consequências para o nosso país, têm-se gasto rios de tinta. Sobre o conhecimento do nosso processo de adesão às Comunidades Europeias, este livro constitui uma oportunidade única.

Lisboa, Junho de 2011
JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO
JOÃO FERREIRA DO AMARAL
MARIA FERNANDA ROLLO

Introdução

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias constituiu, simultaneamente, um marco e um virar de página na nossa história mais recente. Foi o final de um processo que, formalmente, teve início em Março de 1977 e atingiu a sua consagração no dia 1 de Janeiro de 1986, quando Portugal, cumprindo um ciclo multissecular, regressou às suas antiquíssimas fronteiras, retomando a Europa que afinal nunca tinha deixado.

Foi também a apoteose da democracia que os militares de Abril, depois da turbulência e das contradições dos anos de 1974 e 1975, lealmente entregaram aos portugueses, devolvendo-lhes a dignidade de cidadãos livres e pondo termo a uma das mais longas ditaduras na Europa Ocidental do século xx.

A integração portuguesa na actual União Europeia (UE) tem um passado que, em termos históricos, se inicia com os processos de cooperação europeia desencadeados no pós-Segunda Guerra Mundial, designadamente aquando do lançamento do Plano Marshall, cuja gestão e concretização, a nível europeu, foi feita através da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE).

O nosso longo percurso *a caminho da Europa* iniciou-se quando o Governo de Salazar aceitou o convite, formulado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da França e do Reino Unido, para participar na Conferência de Paris de 1947, onde se reuniram os 16 estados europeus que mais tarde viriam a constituir uma organização europeia de novo tipo, a OECE, que, juntamente com a organização americana criada para o efeito, a Economic Cooperation Administration (ECA), iria gerir as vultuosas verbas integradas no Plano Marshall.

Portugal participou activa e plenamente no processo desencadeado a propósito do lançamento do programa americano de ajuda à reconstrução europeia e à manutenção da sua economia de mercado, ameaçada por forças internas e externas, e esse facto, o de se ver integrado nas novas instituições internacionais a que a iniciativa dos

EUA deu origem, trouxe-lhe vantagens de diversa ordem e grandeza, nas quais se podem incluir a formação de uma elite técnica, um melhor conhecimento dos meandros do comércio internacional e a participação activa no mesmo ou a aprendizagem para lidar com os recém-criados instrumentos do sistema monetário e financeiro internacional, ambos desenhados naquela época.

O nosso país assegurou dessa forma, mesmo que a contragosto de alguns dos próceres do regime, a sua integração no sistema internacional de comércio e de pagamentos e garantiu, sobretudo, a sua presença activa nos movimentos nascentes de cooperação económica europeia que, por essa altura, se começaram a concretizar.

Inequívoca, também, foi a forma como as autoridades portuguesas se bateram pela integração na Associação Europeia de Comércio Livre (designação oficial, em português, da EFTA), argumentando contra a perspectiva mais radicalmente isolacionista de ficar de fora dos movimentos europeus de integração que se preparavam.

Como em alguns historiadores contemporâneos, também aqui surge, por mais de uma vez, a ideia de que a verdadeira ruptura com os valores e as ideias autárquicas, que resistiram como elemento dominante das nossas relações económicas externas desde o início do Estado Novo, ocorreu simbolicamente em 1957, no decurso dos II Congressos da Indústria Portuguesa e dos Economistas. Foi nessa importante assembleia, onde marcaram presença os mais altos responsáveis, designadamente as mais destacadas personalidades dos meios políticos, económicos e empresariais, que se constatou a necessidade de prestar atenção ao que se estava a passar na Europa em termos integracionistas, e foi enfaticamente inserido nas conclusões que Portugal não se podia alhear desses movimentos.

Foi aliás esse o grande argumento invocado por Marcelo Caetano, então ministro da Presidência, em 1957, na abertura solene dos II Congressos da Indústria Portuguesa e dos Economistas, num discurso onde se descortina, surpreendente e inesperadamente, um acento pró-europeu.

Textualmente, o número dois do Governo do Estado Novo de Oliveira Salazar referia, depois de cuidadosamente ter pesado prós e contras:

Quer isto dizer que, se não nos for possível ingressar na Zona de Livre-Câmbio em virtude de esta ser organizada sem contemplação

pelos interesses de países como o nosso, nem por isso devemos descansar à sombra das altas muralhas da protecção aduaneira e fiados na eficiência do condicionamento industrial, tornando-se imperioso, ao contrário, que tratemos de nos apetrechar para estarmos presentes nos novos campos em que vai travar-se a batalha do comércio internacional e com as novas armas que ela exigirá.¹

Temos, portanto, que a adesão à EFTA era tida como a mais conveniente, quer porque evitava que Portugal ficasse arredado dos movimentos de integração europeia, quer porque os compromissos que os países aderentes teriam de assumir eram de natureza estritamente económica e comercial, não se levantando, como no caso da Comunidade Económica Europeia (CEE), questões constitucionais, de sistema político e, muito menos, problemas derivados da existência das colónias africanas, dada a completa autonomia aduaneira nas relações com países terceiros.

Como é sabido, essa adesão à EFTA veio a concretizar-se: Portugal foi um dos subscritores da Convenção de Estocolmo de Novembro de 1959 e foi, por isso, um dos fundadores da Associação. De resto, é comum considerar-se que a participação de Portugal na EFTA, no seu período áureo entre 1960 e 1973, se pautou por resultados francamente positivos, considerando-se essa participação um dos mais poderosos factores do rápido crescimento, da modernização e do acréscimo de competitividade externa da economia portuguesa durante esses quase 15 anos.

O problema só voltou a pôr-se em 1970, quando a candidatura britânica de adesão às Comunidades Europeias foi finalmente aceite.

O Governo português, politicamente condenado por quase todo o mundo pela sua teimosa e insustentável política colonial, via-se mais uma vez confrontado, por maioria de razão, com o espectro do isolamento internacional, desta feita em termos económicos. E voltou a compreender que não podia ficar à margem. Seguiram-se as negociações que, iniciadas em Dezembro de 1971, haveriam de conduzir ao Acordo de Comércio Livre Portugal-CEE e ao Acordo Portugal-CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) sobre

¹ Marcelo Caetano, Discurso inaugural proferido pelo ministro da Presidência, in *Discursos, II Congresso dos Economistas Portugueses e II Congresso da Indústria Portuguesa*, AIP, Lisboa, 1957, p. 24.

o comércio dos produtos siderúrgicos, ambos assinados em 22 de Julho de 1972.

Como se poderá constatar, em alguns dos depoimentos recolhidos neste livro surgem pontos até agora desconhecidos dessas negociações: no fundo, tratou-se de uma decisão controversa que, tendo a ver fundamentalmente com a avaliação dos condicionalismos de ordem comercial, contou com a oposição de parte significativa da direcção política do Estado Novo, a velha guarda salazarista que constituía a sua ala mais conservadora, para quem a aproximação à CEE comportava riscos graves, incluindo o de «contágio político» em relação à «questão ultramarina». Eram *os ventos da História* cujos efeitos se tentava evitar ou, pelo menos, o sentido se procurava desviar...

A verdade é que, apesar das reservas, a opção europeia já era uma inevitabilidade económica e social, quer por via das trocas externas, quer pela da emigração. Não se estranhou, portanto, o avanço para uma aposta mais clara, que incluía uma ligação real e institucional à CEE. O movimento militar de Abril de 1974, derrubando o Estado Novo e viabilizando a independência das colónias, abriu caminho à institucionalização de um novo regime democrático e ao pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 28 de Março de 1977. Depois de um longo período de negociações, a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, em 1985, deu início a um novo ciclo na história contemporânea de Portugal, compreendendo um processo complexo que tem influenciado significativamente a forma como vivemos, como se estrutura o nosso aparelho produtivo, como se comportam os nossos agentes económicos, como se reparte a riqueza gerada, como se perspectiva o nosso futuro colectivo de cidadãos simultaneamente portugueses e europeus.

Foi este conjunto de circunstâncias que nos levou a recolher e a reunir nesta obra os testemunhos de alguns dos principais artífices dessa adesão: o papel que desempenharam, as dificuldades que tiveram de ultrapassar, as estratégias a que tiveram de recorrer, a avaliação que fazem do caminho percorrido.

Sem surpresa, tivemos o grato prazer de verificar uma magnífica adesão ao projecto, demonstrando, designadamente, que este tipo de trabalhos ajuda a colmatar uma falha que persistentemente se verifica em Portugal: a inexistência de uma tradição memorialista por parte daqueles que, por uma ou outra razão, foram protagonistas de uma história que pertence a todos e que por isso a todos interessa.

A falta de memórias escritas, com raríssimas excepções, é uma lacuna identificada pela generalidade dos que se dedicam à história contemporânea portuguesa. Nesse aspecto, este livro de entrevistas assume grande importância e actualidade, porque permite dar a conhecer a um público alargado quem foram, o que pensavam, que papel desempenharam, como ultrapassaram dificuldades, como perspectivam o futuro, aqueles que estiveram na primeira linha das várias etapas desse processo de adesão.

Mas também vem mostrar-nos, como se tal fosse necessário, como apesar do desvelo com que a UE foi e é tratada e de quase todos se afirmarem europeístas convictos, a UE ainda é quase sempre referida como algo que, no fundo, nos é exterior. «Eles», «Bruxelas», «a Comissão»... dando, aliás, continuidade a um costume tão genuinamente português, tão idiossincraticamente português, dir-se-ia, que nos leva a sistematicamente tratar os nossos próprios governantes, nacionais ou locais, por «eles»... Jeitos que ficaram das ditaduras ou distanciamentos que, cautelosamente, pretendemos manter?

Ao tentar identificar um resultado global, um tema que seja unificador de tudo o que foi dito e que constitua uma espécie de fio condutor destas entrevistas que agora se dão à estampa, ele seria a sensação dividida de que tudo terá valido a pena, de que seria absolutamente impensável Portugal fora da UE; com uma ressalva e uma convicção, não menos forte, de que, apesar de tudo o que se conquistou e das melhorias registadas em quase todos os campos, se perderam oportunidades, de que mais do que seria desejável se foram deixando ficar pelo caminho, de que por várias vezes e em momentos diferentes se foi perdendo a ocasião de, em torno do projecto europeu, formular uma estratégia nacional apoiada nos recursos e nas oportunidades que a Europa, nas suas diversas formas de organização, nos concedeu ao longo de mais de meio século.

Outra questão que parece pertinente integrar nesta reflexão é a da existência ou não de uma estratégia nacional em relação à questão europeia: se em 1972 a solução encontrada para a quase dissolução da EFTA dificilmente poderia ser outra, teria ou não havido alguma precipitação na forma como foi solicitada a nossa adesão à CEE? Como alguém referiu, fazendo o contraponto com o dinamismo revelado pela posição espanhola, limitámo-nos a negociar *dossiers*, acolhendo resignadamente os resultados, como se para além do que fora alcançado não sobrasse qualquer espaço para a iniciativa nacional.

Por outro lado, já estariam esgotadas as virtualidades do Acordo de 1972? Não se poderia ter tentado renegociar, aperfeiçoando esse acordo, no quadro das novas condições democráticas em que o país vivia e deixando para momento posterior o pedido de adesão plena?

Algumas destas questões, assim formuladas, parecem surpreendentes, até porque as peripécias que têm marcado os vários momentos da nossa integração raramente têm sido encaradas nesta perspectiva. No fundo, representam um tipo de posições eurocéticas aparentemente minoritárias na sociedade portuguesa.

Em qualquer caso, olhando para trás, para todo o caminho percorrido, verificamos que em Portugal, frequentemente, se substitui o espírito crítico e uma atitude pró-activa por um zelo louvável em certos meios e em muitas ocasiões, mas geralmente pouco conforme com as exigências do mundo actual, porque pouco competitivo e fraco gerador de progresso e de iniciativas bem-sucedidas.

Outro tema recorrente ao longo destas entrevistas foi o da evolução da própria construção europeia desde as suas origens a partir da Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo, a partir de 1989, na sequência da queda do Muro de Berlim e do esboroar da União Soviética. A ideia de que era necessário adaptar os instrumentos jurídicos à nova realidade, que se traduziu em sucessivos alargamentos da União Europeia praticamente até aos limites onde era fisicamente possível fazê-los, a certeza de que era inadiável reinventar os novos desígnios europeus e a necessidade de reformar o processo de tomada de decisão numa União a 27! No fundo, o desafio que se coloca aos europeus de hoje é o de, com a grandeza de alma dos pais fundadores, ser capaz de traçar um novo rumo para a Europa e reenquadrá-la num contexto definitivamente diferente do que existia algumas décadas atrás.

Por mais pessimismo que existisse, e ainda existe, em alguns dos novos estados-membros, não era possível tê-los deixado à porta da UE quando pediram para entrar. Todos sabíamos que as vicissitudes da História, que 50 anos de exílio democrático e a falta de algumas das mais elementares liberdades haviam criado anticorpos, traduzidos, nomeadamente, em algumas formas de nacionalismo, maneira de reganhar auto-estima e de compensar meio século de não-identificação internacionalista. Claro que o projecto europeu em que embarcaram é diferente, mas é essa diferença que leva tempo a ser compreendida e assimilada. Compete aos outros, que já cá estavam, mostrar que,

genuinamente, a UE conta com esses países, com esses povos, apesar das suas desconfianças e idiosincrasias.

No quadro dos últimos alargamentos — onde se refere que *o passo teria sido maior que a perna* — algumas comissões com lideranças mais fracas, sobretudo quando comparadas com as que foram dirigidas por Jacques Delors, querendo mostrar trabalho e eficiência, aceleraram os trabalhos e de alguma forma precipitaram os acontecimentos. Talvez não tenham assumido, como a generalidade dos governos e dos cidadãos europeus, que nesses momentos, a todos os títulos cruciais, teria sido fundamental parar para reflectir, medir bem todas as consequências que o maior e o mais arriscado alargamento da UE teria sobre o conjunto. Parar para reflectir e para agir. Sobrou voluntarismo e alguma sobranceria onde devia ter existido um esforço de pedagogia. Talvez, então, fosse possível encarar outras soluções, pelo menos para alguns novos membros: novas modalidades de associação, mais exigentes e vinculativas que as existentes até então, mas também mais prudentes, a permitir acautelar situações como a que se gerou com o Chipre, com alguns estados balcânicos e, sobretudo, com a Turquia.

Uma última nota para referir outra ideia-força: a de que o movimento da integração europeia, modelar e precursor de muitas outras integrações em quase todo o mundo, ganhou a partir da década de 80, mais precisamente a partir de 1989, uma nova actualidade e importância. Não já apenas como garante da paz, nem da sobrevivência e florescimento do capitalismo liberal, mas como resposta ao impetuoso movimento da globalização. As diferentes integrações, nas diferentes modalidades que vão assumindo por esse mundo fora, constituem uma resposta ao enfraquecimento dos estados-nação e ao correspondente reforço das empresas multinacionais que, com menores responsabilidades sociais, mas com maior capacidade de resposta e maior flexibilidade, se têm mostrado capazes de responder com maior eficácia, e quase em tempo real, aos permanentes desafios que a globalização hoje coloca.

Finalmente, no contexto acima referido da carência de saber mais sobre os episódios que foram moldando a integração portuguesa, deve assinalar-se o extraordinário acolhimento que sentimos no quadro desta iniciativa: a necessidade que as pessoas têm de falar; de contar

história; de contar para a História; de contar a sua história; de contar como foram deliberada ou acidentalmente protagonistas dessa História. Muito interessantes, sob todos os ângulos, estas conversas, umas mais formais, outras menos, que tivemos o privilégio de estabelecer com estes protagonistas da adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Infelizmente, um dos mais entusiastas apoiantes deste trabalho, que sem sombra de dúvida nos deu uma extraordinária panorâmica do que foi o complexo processo da adesão portuguesa, Ernâni Lopes, já não pôde ver a versão em livro da sua entrevista.

Como haverá oportunidade de constatar, as entrevistas tiveram por base um questionário matriz. Trata-se, portanto, na sua maioria, de entrevistas semiestruturadas, onde o decorrer do discurso propiciou benéficos afastamentos em relação ao guião programado. Algumas destas personalidades, tal como fora previsto desde as origens do projecto, preferiram responder por escrito, pelo que nestes casos o questionário foi quase sempre rigorosamente cumprido: ganhou-se em precisão o que eventualmente se perdeu em espontaneidade e em algumas ocasiões perdeu-se a possibilidade de seguir algumas ideias que numa conversa corrida poderiam ser aprofundadas.

Uma merecida palavra de agradecimento à Administração da REN, Redes Energéticas Nacionais, designadamente àquele que ao tempo era seu presidente, Engenheiro José Penedos, que desde a primeira hora apoiou o projecto e financiou parte da investigação que lhe é subjacente.

Uma palavra de agradecimento ao Dr. Rui Jacinto, pela forma paciente e competente como procedeu à transcrição das entrevistas.

Em suma, integrado num programa de trabalhos mais vasto, de que é a primeira peça, este livro, fruto da iniciativa de três investigadores e professores universitários, está pronto e disponível para enfrentar o escrutínio dos seus leitores. Tem atrás de si anos de dúvidas, preocupações e pesquisas de uma historiadora e de dois economistas, que, separada ou conjuntamente, há muito partilham ideias e cumplicidades científicas. Gostaríamos que desse a todos o mesmo prazer que nos deu a nós fazê-lo e que se transformasse numa útil ferramenta de trabalho.

Lisboa, Fevereiro de 2011
JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO
JOÃO FERREIRA DO AMARAL
MARIA FERNANDA ROLLO

Testemunhos

como um dos temas, um estreitamento da parceria económica com os Estados Unidos.

Resumindo: se conseguirmos ter um modelo económico e social suficientemente flexível adaptado aos tempos da globalização; se for possível ter vontade política para construir uma política externa e de segurança comuns e uma defesa comum a prazo, que permitam à Europa ter um peso político internacional à altura do peso económico que tem, para intervir nas questões que são decisivas na área da segurança internacional — não me refiro apenas ao terrorismo, mas também à orla de ameaças que circundam a Europa (Médio Oriente, por exemplo); se a Europa conseguir dotar-se disso tudo, julgo possível que o século XXI tenha a Europa na primeira linha dos actores influentes. Se vai ser o século da Europa... já tenho dúvidas.

Cronologia

1945	
8 de Maio	Fim da II Guerra Mundial na Europa. Manifestações da vitória em Lisboa.
1946	
3 de Agosto	O Governo português apresenta o pedido de adesão à Organização das Nações Unidas (ONU).
31 de Agosto	A União Soviética veta a entrada de Portugal na ONU.
1947	
12 de Março	Anúncio da «Doutrina Truman».
5 de Junho	Discurso de George Marshall, em Harvard, anuncia a intenção dos EUA em apoiar a recuperação económica dos países europeus.
16 de Junho	Os ministros dos Negócios Estrangeiros de França (Georges Bidault) e Inglaterra (Ernest Bevin) dirigem ao seu homólogo russo (Molotov) um convite para tomar parte nas discussões preliminares com vista à elaboração de um plano que dê satisfação às propostas de George Marshall.
21 de Junho	João António de Bianchi, embaixador de Portugal em Washington, é instruído para entregar ao Governo dos EUA uma nota na qual o Governo Português anuncia dar o «seu apoio ao Plano Marshall na medida das suas possibilidades.»
27 de Junho	Conferência dos três ministros em Paris. Molotov recusa a oferta americana.
a 2 de Julho	
3 de Julho	Os ministros francês e inglês convidam os restantes países europeus, com excepção da Espanha, para uma conferência destinada a realizar o plano que a sugestão de Marshall reclamava.
12 a 15 de Julho	Conferência de Paris. Dezasseis países reúnem-se em Paris.
22 de Setembro	Assinatura, em Paris, do Relatório Geral elaborado pelas 16 nações europeias. José Caeiro da Matta, ministro dos Negócios Estrangeiros, profere um discurso em que divulga que Portugal decidira declinar a utilização do auxílio financeiro americano.

- 1948
17 de Março Criação da União da Europa Ocidental (Pacto de Bruxelas): França, Grã-Bretanha e Benelux.
- 3 de Abril EUA. Aprovação da Lei da Cooperação Económica, que estabelece as condições e os meios financeiros necessários à implementação do *European Recovery Program* (ERP) (Plano Marshall).
- 16 de Abril É assinada, em Paris, a Convenção Económica Europeia criando a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE): Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.
- 7 a 10 de Maio Congresso de Haia; fundação do Movimento Europeu.
- 25 de Agosto Criação da Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE).
- 27 de Setembro Rui Teixeira Guerra, representante de Portugal na OECE, apresenta informalmente a Averrel Harriman, embaixador especial dos EUA, a intenção do Governo português de solicitar auxílio financeiro Marshall.
- 1949
4 de Abril Assinatura do Pacto do Atlântico em Washington por doze Estados litorais criando a NATO — Organização do Tratado do Atlântico Norte. Portugal é um dos membros fundadores.
- 5 de Maio Assinatura do Estatuto do Conselho da Europa, em Londres (cinco membros do Pacto de Bruxelas: Itália, Irlanda, Dinamarca, Noruega e Suécia).
- 1950
24 de Abril Chega a Lisboa o primeiro carregamento de cerca de 3 mil toneladas de trigo, tractores, automóveis ligeiros, incluindo demais carga, proporcionado a Portugal no âmbito do Plano Marshall.
- 9 de Maio Paris. Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, profere um discurso «inspirado por Jean Monnet» em que propõe colocar em comum os recursos de carvão e de aço entre a França e a Alemanha, através da criação de uma organização aberta aos outros países da Europa, sugerindo a criação duma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) entre a França e a Alemanha, e outros países interessados. A 2 de Junho, a Grã-Bretanha recusa juntar-se ao projecto.

- 19 de Setembro Os 18 países da OECE instituem a União Europeia de Pagamentos (UEP).
- 1951
18 de Abril Constituição da CECA, pelo Tratado de Paris.
- 1952
27 de Maio Assinatura, em Paris, do Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED): França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo.
- 1953
19 de Março A OECE cria a Agência Europeia de Produtividade. Portugal é membro.
- 1954
29 de Setembro a 3 de Outubro Conferência dos Nove em Londres (CEE, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido). A União Ocidental é alargada à Alemanha e à Itália e passa a União da Europa Ocidental (UEO).
- 1955
1 a 3 de Junho Conferência de Messina. Os Seis decidem estabelecer uma União Aduaneira e um Mercado Comum.
- 5 de Agosto É assinado em Paris o Acordo Monetário Europeu, substituindo a UEP. Portugal é signatário.
- 14 de Dezembro Portugal é admitido nas Nações Unidas.
- 1956
17 a 19 de Julho O Reino Unido apresenta uma proposta na OECE para a criação de uma Zona de Comércio Livre.
- 1957
12 e 13 de Fevereiro a 25 de Março Os membros da OECE iniciam negociações relativas à criação de uma zona europeia de comércio livre. Assinatura dos Tratados de Roma, que instituem a CEE e a EURATOM (França, Alemanha, Itália e Estados do Benelux).
- 1958
19 a 21 de Março Primeira sessão do Parlamento Europeu, Robert Schuman é eleito presidente.
- 1959
8 de Junho A Grécia apresenta um pedido de associação à CEE.

- 13 de Junho Reunião dos Sete (Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça) em Saltsjöbaden (Estocolmo); decidem a criação duma Associação de Comércio Livre.
- 19 e 20 de Novembro Estocolmo. É aprovada a Convenção que constitui a EFTA/AECL (Associação Europeia de Comércio Livre) entre os Sete.
- 1960
4 de Janeiro Assinatura da Convenção que institui a EFTA. Portugal beneficia de um regime aduaneiro particular que fica consignado no Anexo G ao Tratado.
- 13 e 14 de Dezembro Paris. Criação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), pelos países da OECE, os Estados Unidos e o Canadá.
- 1961
9 de Julho Assinatura do acordo de associação entre a CEE e a Grécia.
- 9 de Agosto A Inglaterra apresenta em Bruxelas o pedido oficial de integração no Mercado Comum.
- 15 de Dezembro A Áustria, a Suécia e a Suíça pedem a associação ao Mercado Comum.
- 1962
14 de Janeiro Adopção dos primeiros regulamentos relativos à Política Agrícola Comum (PAC).
- 9 de Fevereiro A Espanha pede a associação à CEE.
- 6 de Abril Portugal assina em Genebra o protocolo de adesão ao Acordo Geral de Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT).
- 2 de Maio A Noruega solicita a abertura do processo negocial com vista à adesão à CEE.
- 18 de Maio Oliveira Salazar solicita a abertura de negociações com o fim de definir os termos da colaboração que o Governo português queria ver estabelecida com os países do Mercado Comum.
- 1963
13 de Janeiro Primeiro veto do general De Gaulle à adesão britânica à CEE.
- 20 de Julho Assinatura da Convenção de Yaoundé (Camarões) entre a CEE e 17 países africanos e Madagáscar.
- 12 de Setembro Assinatura, em Ankara, do acordo de associação entre a CEE e a Turquia.

- 1965
8 de Abril Assinatura do Tratado de Bruxelas, de fusão dos executivos das três Comunidades (CECA, EURATOM e CEE), instituindo um Conselho e uma Comissão únicos.
- 30 de Junho Crise da cadeira vazia. A França rompe as negociações que estavam em curso para o financiamento da política agrícola comum.
- 1966
28 e 29 de Janeiro Compromisso de Luxemburgo; fim da crise da cadeira vazia.
- 1967
11 de Maio Os governos do Reino Unido e da Irlanda (10 de Maio) e da Dinamarca (21 de Maio) apresentam novo pedido de adesão à CEE.
- 25 de Julho A Noruega apresenta um novo pedido de adesão à Comunidade.
- 26 de Julho A Suécia pede a abertura de negociações com a Comunidade.
- 27 de Novembro De Gaulle veta pela segunda vez a admissão da Inglaterra no Mercado Comum.
- 1969
1 e 2 de Dezembro Cimeira de Haia. Relançamento da construção europeia a partir da adopção do denominado «tríptico de Haia»: conclusão / acabamento, aprofundamento e alargamento.
- 1970
23 de Março Constituição da Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia, presidida pelo embaixador Rui Teixeira Guerra.
- 28 de Maio Memorando de Portugal entregue à CEE através do qual o Governo português manifesta o seu desejo «d'entrer en négociations en temps opportun avec celle-ci dans l'objectif de venir à nouer avec elle les liens s'avérant les plus adéquats aux intérêts des deux parties».
- 30 de Junho Abertura das negociações da CEE com os quatro candidatos à adesão: Dinamarca, Reino Unido, Irlanda e Noruega.
- 1971
3 de Dezembro Bruxelas. A Comunidade Europeia abre oficialmente as primeiras negociações com os países da EFTA não

- 17 de Dezembro candidatos à adesão: Áustria, Islândia, Portugal, Suécia e Suíça.
Bruxelas. Início das conversações entre Portugal e o Mercado Comum.
- 1972
24 de Abril Constituição da «serpente monetária europeia».
22 de Julho Assinatura dos acordos de comércio livre entre a CEE e os estados da EFTA. Assinatura do Acordo de Comércio Livre Portugal-CEE e do Acordo Portugal-CECA.
- 25 de Setembro A Noruega rejeita a ratificação do tratado de adesão à CEE.
- 1973
1 de Janeiro Primeiro alargamento da Comunidade, passando a 9 estados-membros com a entrada da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.
- 1974
25 de Abril O MFA leva a cabo um movimento militar que põe termo ao Estado Novo.
- 1975
11 de Junho Início das negociações para revisão do acordo entre Portugal e a CEE assinado em 1972.
1 de Agosto Assinatura, por 35 países, do Acto final de Helsínquia. Criação da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE).
- 1976
20 de Setembro Assinatura do Protocolo Financeiro e Protocolo Adicional ao Acordo de 1972 e Acordo Intercalar entre Portugal e a CEE.
22 de Setembro Portugal é admitido no Conselho da Europa, tornando-se no 19.º estado-membro.
- 1977
28 de Março Pedido formal de adesão de Portugal às Comunidades Europeias (CECA, CEE e CEEA-Euratom).
28 de Julho A Espanha apresenta formalmente o pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia.

- 1979
12 e 13 de Março Conselho Europeu de Paris. Entrada em vigor do Sistema Monetário Europeu (SME). O ECU (European Currency Unit), torna-se a unidade de conta europeia.
- 7 e 10 de Junho Primeiras eleições do Parlamento Europeu por sufrágio universal directo.
- 1980
18 de Dezembro Acordo, sob a forma de troca de cartas entre a CEE e Portugal, relativo à concessão de uma ajuda de pré-adesão.
- 1981
1 de Janeiro A Grécia torna-se o 10.º estado-membro da Comunidade Europeia.
- 1982
3 e 4 de Dezembro Conselho Europeu de Copenhaga. A CEE decide congelar até Março as negociações com Portugal e Espanha. Protocolo Transitório ao Acordo entre a CEE e Portugal e respectivo regulamento.
- 1984
24 de Outubro Assinatura do *Constat d'Accord* entre Portugal e a CEE.
- 1985
12 de Junho Assinatura dos Tratados de Adesão de Portugal e de Espanha ao Mercado Comum.
Cerimónia da assinatura no Mosteiro dos Jerónimos.
14 de Junho Assinatura do Acordo de Schengen (Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo e Holanda).
1 de Dezembro Cardoso e Cunha é designado primeiro comissário de Portugal na CEE.
- 1986
1 de Janeiro Espanha e Portugal passam a fazer formalmente parte das Comunidades Europeias. A CEE passa a integrar 12 estados-membros.
17 e 28 de Fev. Luxemburgo e Haia. Assinatura do Acto Único Europeu.
18 de Dezembro Aprovação do Acto Único Europeu na Assembleia da República. Portugal torna-se o 10.º país a aprovar a revisão do Tratado de Roma.

1987	
14 de Abril	Turquia apresenta formalmente o pedido de adesão à CEE.
Junho	Lançamento do Programa Erasmus.
1 de Julho	Entrada em vigor do Acto Único Europeu.
1988	
14 de Novembro	Adesão formal de Portugal à União da Europa Ocidental.
1989	
17 de Janeiro	Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) em Viena.
21 de Setembro	Entrada oficial do escudo para a unidade de conta ECU.
9 de Novembro	Derrube do Muro de Berlim.
1990	
19 de Junho	Assinatura da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, pela Alemanha, França, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.
1 de Julho	Primeira das três fases da União Económica e Monetária; liberalização dos movimentos dos capitais em oito estados-membros. Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal aderem em fins de 1992.
2 de Agosto	Exércitos de Saddam Hussein invadem o Kuwait.
1991	
16 de Janeiro	A aviação norte-americana bombardeia o Iraque. Início da operação «Tempestade no Deserto».
15 de Abril	Inauguração oficial do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).
25 de Junho	Assinatura, em Bona, do Protocolo de Adesão de Portugal ao Acordo de Schengen.
1992	
1 de Janeiro	Portugal assume, pela primeira vez, a Presidência da União Europeia.
7 de Fevereiro	Maastricht. Assinatura do Tratado da União Europeia. A CEE passa a denominar-se União Europeia.
1 de Março	Checoslováquia, Hungria e Polónia tornam-se membros associados da UE.
19 de Março	A Finlândia entrega em Bruxelas o seu pedido de adesão à UE.
6 de Abril	O escudo entra no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu.

2 de Maio	UE e EFTA assinam no Porto o acordo do Mercado Económico Europeu.
10 de Dezembro	A Assembleia da República ratifica o Tratado de Maastricht.
1993	
1 de Janeiro	Entrada em vigor do Mercado Único.
1 de Novembro	Entrada em vigor do Tratado de Maastricht. É consagrada a cidadania europeia.
10 e 11 de Dez.	Conselho Europeu de Bruxelas. Aprovação do Plano Delors e do Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego.
1994	
1 de Janeiro	Entrada em vigor do Espaço Económico Europeu. Inicia-se a segunda etapa da União Económica Europeia e estabelece-se o Instituto Monetário Europeu (IME).
Jan.-Dez. 5 de Dezembro	A cidade de Lisboa é Capital Europeia da Cultura Cimeira da CSCE em Budapeste; passa a designar-se Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE).
1995	
	Com a entrada da Áustria, Finlândia e Suécia, a UE passa a integrar 15 estados-membros.
	O Acordo de Schengen entra em vigor na Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal. A Áustria adere ao Acordo de Schengen. Roménia, Eslováquia, Letónia, Estónia, Lituânia e Bulgária solicitam a adesão à UE.
26 de Março	Entrada em vigor do Acordo de Schengen em Portugal.
1996	
	A República Checa e a Eslovénia solicitam a adesão à UE.
1997	
2 de Outubro	Assinatura do Tratado de Amesterdão.
1998	
	É criado o Banco Central Europeu.
1999	
1 de Janeiro	O euro entra em vigor substituindo as moedas nacio-

	nais em 11 estados-membros da UE: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal.
2000	
1 de Janeiro	Portugal assume pela segunda vez a Presidência da União Europeia.
23 e 24 de Março	Conselho Europeu de Lisboa. Aprovação da Estratégia de Lisboa.
7 a 10 de Dez.	Conselho Europeu de Nice. Aprovação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE.
2001	
26 de Fevereiro	Assinatura do Tratado de Nice.
2002	
1 de Janeiro	Introdução das moedas e notas em euros
2004	
1 de Maio	A UE passa a integrar 25 estados-membros com a adesão de Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa.
29 de Outubro	Assinatura, em Roma, do projecto de Tratado Constitucional da UE.
22 de Novembro	José Manuel Durão Barroso é nomeado presidente da Comissão Europeia.
2005	
22 e 23 de Março	Conselho Europeu de Bruxelas. Relançamento da «Estratégia de Lisboa».
2007	
1 de Janeiro	A Roménia e a Bulgária aderem à União Europeia. A UE passa a integrar 27 estados-membros.
1 de Julho	Presidência portuguesa da União Europeia.
18 e 19 de Out.	Cimeira de Lisboa da União Europeia. Aprovação do Tratado de Lisboa.
13 de Dezembro	Assinatura do Tratado de Lisboa no Mosteiro dos Jerónimos.
2008	
1 de Janeiro	Chipre e Malta adoptam o euro como moeda oficial. A zona euro passa a integrar 15 países.

21 de Janeiro	«Segunda-feira negra» nas bolsas de valores de todo o mundo.
12 de Junho	A Irlanda pronuncia-se, em referendo, contra o Tratado de Lisboa (53,4% do eleitorado votou contra).
19 de Junho	19 e 20 de Junho. Conselho Europeu de Bruxelas. É decidido avançar o processo de ratificação do Tratado de Lisboa.
15 de Junho	Falência do banco de investimento norte-americano Lehman Brothers.
17 de Setembro	É lançado o EuroParlTV - serviço de televisão do Parlamento Europeu via internet.
12 de Dezembro	Adesão da Suíça ao Espaço Schengen.
2009	
1 de Janeiro	A Eslováquia adopta o euro como moeda oficial.
20 de Janeiro	Barack Obama toma posse como 44.º presidente dos EUA.
4 de Junho	4 a 7 de Junho. Eleições europeias.
14 de Julho	Jerzy Buzek, eurodeputado polaco, é eleito presidente do Parlamento Europeu.
16 de Setembro	O Parlamento Europeu aprova a nomeação de Durão Barroso para um segundo mandato de cinco anos como presidente da Comissão Europeia.
3 de Outubro	A Irlanda vota, em segundo referendo, favoravelmente o Tratado de Lisboa.
20 de Novembro	Herman Van Rompuy é nomeado o primeiro presidente permanente do Conselho da UE. Catherine Ashton, comissária britânica do Comércio, é nomeada alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.
1 de Dezembro	O Tratado de Lisboa entra em vigor.
2010	
17 de Junho	O Conselho Europeu adopta a estratégia «Europa 2020» para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo nos próximos dez anos.
22 de Novembro	A Irlanda pede ajuda financeira ao Fundo Monetário Internacional.
28 de Novembro	A UE decide apoiar a economia irlandesa.



TESTEMUNHOS DE PROTAGONISTAS

*foi composto em caracteres Hoefler Text
e impresso na Guide, Artes Gráficas,
em papel Coral Book de 80 g,
no mês de Julho
de 2011.*